

Olhando o passado e iluminando o presente: origens dos estudos sobre influência social minoritária

Looking at the past and illuminating the present: origins of the minority social influence

Thiago Rafael Santin¹, Rafael Moura Coelho Pecly Wolter²

Como citar esse artigo. SANTIN, T. R. WOLTER, R. M. C. P. Olhando o passado e iluminando o presente: origens dos estudos sobre influência social minoritária. **Mosaico - Revista Multidisciplinar de Humanidades**, Vassouras, v. 16, n. 3, p. 392-405, set./dez. 2025.



Resumo

Este artigo tem por objetivo fornecer uma revisão de literatura e análise conceitual-metodológica das origens da influência social minoritária, identificando os avanços teóricos que levaram ao seu desenvolvimento e indicando sua relevância para a análise psicossocial de fenômenos hodiernos. A influência social é um dos fenômenos centrais da psicologia social, tendo valor histórico e intelectual, por ser parte de sua origem e pela riqueza das teorias que a investigam. Um de seus tópicos é a influência social minoritária, cujas origens este artigo teórico visa explicar e objetiva trazer para a discussão hodierna. Neste artigo, os conceitos centrais da influência social são apresentados, com vistas à compreensão da investigação pioneira de Serge Moscovici. Os conceitos de influência normativa e informacional e de internalização e aquiescência são analisados, bem como a inovação e a dinâmica grupal. Por fim, é apontado o caminho de Moscovici para a fundação do campo de influência minoritária e como ele pode ser importante para a análise de situações atuais do mundo social.

Palavras-chave: influência social; conformismo; grupos minoritários; influência minoritária.

Abstract

Nota da Editora. Os artigos publicados na Revista Mosaico são de responsabilidade de seus autores. As informações neles contidas, bem como as opiniões emitidas, não representam pontos de vista da Universidade de Vassouras ou de suas Revistas.

This article aims to provide a literature review and conceptual and theoretical analysis of the origins of minority social influence, identifying the theoretical advances that led to its development and indicating its relevance for the psychosocial analysis of contemporary phenomena. Social influence is one of the central phenomena in social psychology, possessing historical and intellectual value due to its foundational role and the richness of the theories that examine it. One such topic is minority social influence, which this theoretical article seeks to explain and bring into current discussion. The central concepts of social influence are presented, focusing on Serge Moscovici's pioneering research. The notions of normative and informational influence, as well as internalization and acquiescence, are analyzed, along with innovation and group dynamics. Finally, Moscovici's path to founding the field of minority influence is highlighted, showing its importance for analyzing current situations in the social world.

Keywords: social influence; conformity; minority groups; minority influence.

Afiliação dos autores:

¹Pós-Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Espírito Santo.

²Doutor, Professor do Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Espírito Santo.

E-mail de correspondência:santin.thiago@gmail.com

Recebido em: 08/11/2024. Aceito em: 15/09/2025.

Introdução

No contexto atual, observa-se a emergência de conflitos ideológicos, polarizações políticas e a circulação de discursos minoritários nas mídias digitais, que desafiam as normas sociais hegemônicas. Tais fenômenos exigem uma compreensão renovada dos mecanismos de influência social, sobretudo da influência exercida por grupos minoritários.

A influência social é um dos tópicos centrais da psicologia social desde o início da disciplina (Prislin; Crowder; Donnelly, 2017). Ela pode ser definida como a mudança de comportamento, atitude ou opinião de uma pessoa causada pela presença, real ou imaginada, de outra(s) pessoa(s) (Allport, 1988), ou, ainda, quando “as ações de uma pessoa são condição para as ações de outra” (Secord; Backman, p. 59, 1964).

Tais definições, como veremos na discussão, não dão conta dos fenômenos estudados nos últimos cem anos, por deixar de lado dimensões intra e intergrupais que são de suma importância para a influência social. A influência social foi tomada inicialmente em uma perspectiva intra e interpessoal (Doise, 1982), tendo processos cognitivos e atitudinais como o objeto privilegiado das pesquisas (Papastamou; Gardikiotis; Prodromitis, 2017).

Este artigo teórico tem como objetivo central analisar as origens do conceito de influência social minoritária, especialmente a partir das contribuições de Serge Moscovici, contrastando-o com os modelos clássicos funcionalistas de Sherif e Asch. Por meio de uma revisão de literatura especializada, intentamos esclarecer os limites explicativos dos modelos tradicionais e discutir como o modelo genético de Moscovici pode iluminar a compreensão de fenômenos atuais de influência social. Trata-se, portanto, de uma revisão metodológica-conceitual que visa integrar fundamentos históricos aos desafios analíticos contemporâneos. Foram selecionados textos clássicos da literatura em influência social e influência minoritária, referenciados de modo recorrente em manuais e livros (Garcia-Marques, 2004; Harkins; Williams; Burger, 2017; Papastamou; Gardikiotis; Prodromitis, 2017; Prislin; Crowder; Donnelly, 2017; Gouveia, 2023) e artigos de revisão da área (Gardikiotis, 2011; Prislin, 2022). A hipótese que embasa este artigo é a de que parte das pesquisas em influência social continuou e ainda continua a ser desenvolvida de modo alheio aos desenvolvimentos realizados no campo da influência minoritária.

Pretendemos mostrar como os fenômenos alijados nas análises pioneiras do modelo funcionalista de influência com frequência continuam de fora dos pressupostos de investigações hodiernas e constituem lacuna na compreensão dos processos de influência. A elaboração teórica dos processos de normalização, aquiescência e internalização são fontes importantes para compreensão de fenômenos psicossociais, como o engajamento por redes sociais, a divisão política polarizada e a disseminação de boatos e *fake news*. Apesar da relevância desses processos, o campo da psicologia social ainda os aborda de forma fragmentada, sem explorar de forma sistemática os aportes teóricos fundacionais da influência social.

Analisaremos inicialmente a perspectiva da psicologia social psicológica, com foco no individualismo teórico-metodológico, o modelo funcionalista. Esse modelo é historicamente pioneiro e dominou o campo até a década de 1970, quando Serge Moscovici (2011) desenvolveu a teoria das minorias ativas. O modelo genético de influência social, pelas minorias ativas, será trazido posteriormente e analisado em suas consequências para o campo, comparativamente ao modelo funcionalista. Discutiremos os desdobramentos das pesquisas funcionalistas e apontaremos as limitações que possuem para analisar o mundo social hoje.

Na psicologia social hoje, felizmente, proliferam estudos que têm como objeto ou tema minorias sociais, grupos com menor número, poder ou que ocupam posições sociais inferiores (Moscovici, 2011). Exemplos são grupos com normas alternativas (por exemplo, veganos, não monogâmicos), grupos oprimidos ou marginalizados (por exemplo, mulheres, negros, indígenas, deficientes), investigados em diversas situações e contextos (Butera; Levine, 2009; Mendonza-Denton, 2014; Santos Miguel; Schlösser; Beiras, 2020). Entretanto, poucas pesquisas utilizam das teorias e conceitos desenvolvidos no campo da influência minoritária. Dentre as que se referem ao campo, a maioria não utiliza o referencial teórico ou seus desdobramentos. Em levantamento recente (Santin; Wolter, 2023), verificou-se que os trabalhos em

psicologia utilizam os termos “influência” e “minoría” de modo amplo, como em pesquisas que utilizam influência social para indicar mera relação social, ou que usam outros referenciais teóricos. Encontramos uma recente produção da área em trabalho de Ferreira e Rosso (2024), que traz um caso de pesquisa empírica sobre minorias ativas de discentes do ensino fundamental dentro de uma escola, com referencial teórico no campo. Assim, buscamos voltar ao cerne desse profícuo campo de pesquisas, a fim de que as discussões contemporâneas possam utilizar-se da riqueza histórica da influência social minoritária.

O modelo funcionalista: influência como conformismo

Os estudos pioneiros de influência social buscavam entender como indivíduos pensam, sentem e agem sob a influência de grupos, autoridades e instituições, de modo a conformar-se com regras, normas e sistemas sociais (Sherif, 1935, 1936, 1937; Asch, 1951, 1955, 1977). Isso permitiu compreender fenômenos de adesão a ideologias, valores e normas, bem como a reprodução de práticas sociais (Moscovici, 2011).

Os modelos de influência por obediência (Kelman, 1958) e por conformismo eram os dominantes nas pesquisas realizadas até 1960. Moscovici (2011) denominou-os de modelo funcionalista, posto que explicavam o funcionamento da influência em um contexto social previamente estabelecido, com posições e funções estáticas. Seguindo a estrutura da teoria comunicacional presente nos estudos de persuasão da Escola de Yale, os papéis sociais eram tomados como imutáveis e a influência um processo unilateral, do emissor para a fonte. As relações de influência eram pensadas como partes de um sistema social estável, cuja função era integrar os grupos pelo consenso, agregar os indivíduos pelas normas e reduzir a incerteza, diminuindo o dissenso e evitando o conflito (Moscovici, 2011).

Na linha de Deutsch e Gerard (1955), Moscovici (1980) categoriza a influência social em dois tipos, informacional e normativa. A influência informacional diz respeito ao conteúdo da influência, a visão de mundo de um indivíduo ou grupo, de caráter cognitivo, enquanto a influência normativa é sobre a pertença grupal, a aceitação ou rejeição do grupo a indivíduos desviantes. Essa distinção possibilitou ir além do modelo funcionalista e inaugurar o campo da influência social minoritária. Para entender como outro modelo foi criado, analisaremos o conformismo, principal resultado da influência no modelo funcionalista. Explanaremos agora a distinção entre tipos de conformismo, feita por Kelman (1958): aquiescência, internalização e obediência, com estudos clássicos e avançaremos com sua interpretação pelos tipos de influência informacional e normativo.

Muzafer Sherif e a influência como internalização de normas sociais

Muzafer Sherif tomou como base o conceito de quadro de referência da psicologia da Gestalt. O quadro de referência consiste no princípio de que os indivíduos tendem a organizar suas experiências perceptuais em torno de uma referência (norma ou critério). No trânsito, por exemplo, esse princípio é utilizado nas linhas contínuas ou pontilhadas para demarcar as faixas de rolagem em rodovias que permitem ou não ultrapassagens, demarcando o espaço do campo visual e auxiliando a limitar a condução. Sherif pensou, assim, que a sociedade seria responsável por fornecer aos indivíduos não apenas referências para suas preferências subjetivas, de gosto, mas também da própria avaliação da realidade objetiva, da percepção, dos fatos, por meio de normas culturais, a partir dos grupos. Para Sherif (1936), essas normas não são explícitas, mas princípios psicológicos que orientam a percepção do mundo e guiam a ação, tal qual um quadro de referência cognitivo, mas de caráter social, criadas nas interações grupais.

Os experimentos do ponto de luz e efeito autocinético de Sherif

Para investigar a referida suposição, era preciso criar uma situação de percepção desorganizada, ambígua, que não tivesse um quadro de referência previamente estabelecido, ou seja, uma experiência para a qual os participantes não tivessem norma anterior para julgar ou agir. Sherif (1935) utilizou, então,

o efeito autocinético de ilusão óptica para investigar como as respostas de indivíduos seriam influenciadas pelo grupo, ao avaliar um estímulo perceptivo visual. Em termos gerais, o efeito autocinético consiste na ilusão de movimento de um ponto luminoso estático em meio à escuridão. Um exemplo conhecido é o movimento aparente de carros no escuro, estacionados à noite, causado pelas suas luzes de sinalização – efeito removido com o uso de luz intermitente (pisca alerta).

Nos experimentos do efeito autocinético (Sherif, 1935, 1936, 1937), os participantes eram convidados a participar de um teste ótico, não sabiam o objetivo real, para poder ocorrer a situação experimental. Dentre as diversas séries e variações do experimento, focaremos nas que tratam das relações de influência pela diferença da formação do quadro de referência individual e de grupo (também foram investigadas a estabilidade do efeito, a interferência do experimentador, a influência de um participante com status, dentre outros). Na variação que nos interessa (1935, séries I grupal e II individual), a variável independente foi manipulada em duas condições experimentais, que consistiam em testar os participantes de forma individual e grupal, alternadamente. A medida apurada, a variável dependente, era a distância de deslocamento da projeção do ponto luminoso. Ao final, todos respondiam a questionários sobre o experimento e sua participação nele e eram elucidados sobre os seus objetivos.

Na condição inicial individual (série II), os participantes eram inicialmente colocados sozinhos em uma sala escura. Fazia-se uma rodada de projeções de um ponto luminoso vermelho a alguns metros de distância por alguns segundos. Cada participante, então, julgava a distância de deslocamento em polegadas, registrada pelos pesquisadores. Posteriormente, realizaram-se três rodadas com a mesma tarefa em grupos de duas ou três pessoas. Na condição inicial grupal (série I), a tarefa era a mesma, mas os participantes eram inicialmente agrupados em duplas ou trios por três rodadas, dando respostas publicamente, em voz alta, e na última rodada, realizavam o julgamento sozinhos.

Após analisar os resultados, Sherif (1935) concluiu que os grupos buscavam um ponto em comum nas estimativas. Na condição inicial individual (série II), inicialmente as respostas dos participantes isolados eram bastante discrepantes entre si. Contudo, ao colocar os participantes em grupo, eles mudavam suas respostas (uns mais, outros menos), a fim de convergir uns com os outros. Criavam desse modo uma “média grupal”, que com frequência não era a resposta original de nenhum, indicando a criação de uma norma de grupo. Igualmente, na condição inicial grupal (série I) os participantes também criavam uma média grupal após as primeiras respostas, convergindo nas respostas subsequentes e sustentando-a quando retirados do grupo nas últimas rodadas. Mais importante que isso, verificou-se que os efeitos da norma do grupo sobre as respostas dos indivíduos permaneciam após a interação social. Mostrou-se a internalização das normas do grupo nos indivíduos por meio de estudo de seguimento dias após o experimento original, no qual participantes responderam sozinhos ainda conforme a média grupal formada originalmente (Garcia-Marques, 2004).

Sherif havia realizado séries totalmente individuais, para calibrar o experimento e assegurar-se do funcionamento estável do efeito, assim como algumas variações no procedimento e nos questionários pós-experimentais (1937). A sua principal conclusão é que os participantes individualmente tendem a organizar a situação que lhes é apresentada, ainda que não tenham referência ou experiência prévia.

A partir disso, Sherif (1936) levantou alguns pontos de discussão, relativamente aos processos de influência. A criação de normas sociais ocorre principalmente por meio de grupos, como a norma da “média grupal” estabelecida nos experimentos. A influência que as normas grupais podem ter nas ações individuais, mesmo em processos perceptivos ditos “objetivos”, tal qual a regulação sensorial de deslocamento de um ponto luminoso, mostrou-se muito relevante. O grupo tem outros efeitos sociais além do desempenho da tarefa em questão, o que é visto quando os participantes relataram sentir-se melhor ao responder conjuntamente, pois estavam menos ansiosos e mais seguros da precisão suas respostas (conforme questionário pós-experimento). Por fim, o efeito da norma criada em grupo pode ser internalizado nos indivíduos, sob algumas condições, como a incerteza ou ambiguidade do estímulo, que levam à dependência da norma grupal na situação, mesmo sem a presença do grupo em momentos ulteriores a sua formação.

Avaliações e críticas posteriores aos experimentos do efeito autocinético de Sherif

Uma crítica aos experimentos de Sherif refere-se à sua extrapolação para a vida social, devido à artificialidade e ao isolamento social criados no laboratório. A falta de validade ecológica e a baixa implicação do objeto avaliado contrapõem-se às divergências sociais fora do laboratório, que se dão sobre objetos altamente relevantes para os participantes, como por exemplo a criminalização ou legalização da interrupção voluntária da gravidez (aborto) e do uso de psicoativos (drogas), o uso adequado do dinheiro público e a escolha de currículos escolares etc. (Garcia-Marques, 2004).

De fato, as explicações de Sherif, baseadas inicialmente na Gestalt, apelavam para princípios internos, ou seja, eram estabelecidas num nível intrapessoal, pela incerteza em relação ao estímulo, bem como na sua superação pela interação com outras pessoas, de modo interpessoal. Por fim, a própria ambiguidade do estímulo, que deixava o experimento sem uma resposta correta ou objetiva, tornando a variação de respostas uma questão de diferenças pessoais ou subjetivas, foi alvo de modificações em experimentos sobre influência e normas grupais posteriormente, especialmente por Asch (1951).

Os experimentos de efeito autocinético pela ótica do modelo genético de Moscovici

A redução da incerteza do estímulo era condição para o surgimento da influência de outros participantes, que, em interação grupal, criavam uma norma que lhes fornecia segurança e estabilidade para efetuar os julgamentos (Moscovici, 1991). Concluímos, desse modo, que os experimentos do ponto de luz autocinético de Sherif se baseiam na suposição da necessidade de reduzir estados de incerteza em relação ao ambiente, por meio da convergência e formação de norma consensual (média grupal no experimento). Essa norma traz a objetividade para a situação e é buscada por meio do grupo (social), porque há ambiguidade no objeto (ambiente). Segundo Moscovici (2011), no modelo funcionalista supõe-se que os participantes só buscam a opinião dos outros, a sociedade, quando estão desarmonizados com a natureza, o estímulo do ambiente, ou seja, o indivíduo buscaria o grupo apenas em caso de insegurança. Caso os participantes dos experimentos estivessem seguros em relação ao ambiente, não recorreriam aos demais.

O tipo de conformidade gerada nesse tipo de interação é a internalização, a aceitação genuína das normas do grupo (Kelman, 1958). Isso é demonstrado porque os participantes seguiram a norma de julgamento do grupo após a interação e a sustentaram mesmo dias depois, como mostrou Sherif (1936) no seguimento do experimento. A norma consensual estabelecida sem nenhum tipo de pedido, sinalização ou demanda explícita, possibilitou a superação da situação ambígua e a eliminação da insegurança, permanecendo interiorizada.

A influência social em situações de incerteza e ambiguidade do ambiente mostrou-se forte. Mas será assim também em questões não ambíguas? E nas questões socialmente relevantes? Que outras explicações podem ser dadas em fenômenos analisados além dos indivíduos e seus processos perceptuais e cognitivos? Qual o limite desse tipo de influência?

Solomon Asch e a influência como aquiescência às normas sociais

Asch (1951) acreditava que nos experimentos de Sherif o principal fator para os indivíduos conformarem-se à opinião do grupo era a ambiguidade do estímulo. Ou seja, o fato de não haver uma resposta correta ou objetiva tornaria mais fácil renunciar à sua percepção ou resposta prévia em prol do grupo. Asch pensava que indivíduos em uma situação de avaliação de um estímulo objetivamente estruturado de forma inequívoca não responderiam de modo a produzir o efeito de grupo visto com Sherif.

De fato, segundo Moscovici (1991), Sperling (1946) já havia reinterpretado parcialmente os resultados do experimento do ponto de luz autocinético de Sherif, o qual replicou e adicionou variações. Ele fez isso, pois investigou critérios sociais por meio de entrevistas que conduzia após os experimentos. Sperling (1946) observou pelas respostas que a incerteza dos participantes não era devido ao estímulo ambíguo,

mas à divergência de respostas dos demais participantes, cessando quando as respostas convergiam e constituíam a norma de média grupal. Além disso, em uma condição experimental com respostas do cúmplice muito divergentes, que induziam erros exageradamente discrepantes nas respostas, de cinco ou seis vezes as respostas médias, ainda assim as respostas dos participantes buscavam aproximar-se, minimizando a divergência. Sperling (1946) concluiu, portanto, que o fator de ambiguidade ocorria mais pela discordância social entre pares do que pela incerteza do estímulo.

Estavam fortemente difundidas à época ideias que Asch (1977) chamou de sonambulismo social, a partir de Gabriel Tarde. O sonambulismo consistia, resumidamente, em afirmar que os indivíduos imitam ou seguem de modo irrefletido (ou inconsciente) os padrões sociais, como sonâmbulos, agindo sem pensar quando colocados em situação de grupo ou interação social. Asch discordava disso e desejava demonstrar que indivíduos faziam escolhas e pensavam por conta própria, em condições sociais comuns. Ele acreditava que ao perceber um estímulo sensorial e ter alternativas nitidamente corretas e incorretas (não ambíguas), o indivíduo convicto de sua percepção restaria inabalado ante opiniões equívocas de outros indivíduos, até mesmo de um grupo inteiro, contrariando o sonambulismo social.

Os experimentos das linhas de Asch

A fim de investigar suas suposições, Asch propôs a seguinte situação experimental (1951): na sua principal formulação, uma série de 18 rodadas de julgamento comparativo sobre a percepção do tamanho de linhas retas, apresentadas como uma linha como modelo e outras três linhas como opções (uma exatamente do mesmo tamanho, uma claramente maior e a outra, menor), dentre as quais uma das três deveria ser escolhida. Um participante, alheio à situação experimental, era avaliado nas suas respostas dadas publicamente. Ele sempre respondia por último no grupo, após sete comparsas do pesquisador que respondiam de modo uniforme, unânimes, a cada rodada. As respostas dos comparsas em dois terços das rodadas eram as alternativas de linhas desiguais. Ou seja, nas 12 últimas das 18 rodadas, todos os primeiros sete indivíduos davam respostas erradas, combinadas previamente, sem o conhecimento do último indivíduo, o participante do experimento.

Para surpresa de Asch, a maior parte dos indivíduos mudava ao menos uma vez suas respostas para conformar-se às do grupo, ainda que obviamente erradas. Os principais resultados foram os seguintes: ao longo das 12 rodadas críticas, na qual os comparsas davam respostas erradas, 36,8% do total das respostas dos participantes foram erradas; 76% dos participantes deram pelo menos uma resposta errada e 24% não cederam à pressão, com nenhuma resposta errada, todas corretas e discordantes do grupo. Já na condição comparativa de controle do experimento, sem comparsas e, portanto, sem pressão do grupo com respostas erradas, menos do que 1% dos participantes deram alguma resposta errada.

O fato de participantes adotarem uma resposta obviamente errada contrariou as expectativas de Asch, que os interrogou sobre se reconheciam as respostas certas e, caso soubessem a correta e tivessem respondido a errada junto com o grupo (comparsas), quais eram as suas razões para fazê-lo. O que Asch (1955) concluiu, de modo geral, foi que a maioria dos participantes estavam convictos de que as respostas que davam eram erradas, sabiam distinguir perfeitamente os tamanhos das linhas, mas não sabiam a razão pela qual os demais respondiam errado, nem tinham vontade de contrariar o grupo, tornar-se diferente e chamar a atenção para si, por isso aquiesciam e concordavam com as respostas erradas do grupo.

Avaliações e críticas posteriores aos experimentos das linhas de Asch

Algumas das críticas aos experimentos de Asch envolvem apontar algumas das mesmas limitações que foram feitas aos de Sherif. Podemos citar duas: a perspectiva de contato apenas durante o experimento, de forma anônima, sem expectativa de identificação nem interação futura, levando a um vínculo social efêmero, que facilitaria as concessões à pressão do grupo; e o objeto de influência ser socialmente sem implicação pessoal ou relevância grupal, pois não há preferência ou valor em conflito,

para motivar a resistência ou oposição do participante ante as respostas erradas dos comparsas no grupo (Garcia-Marques, 2004).

Em suma, as explicações que Asch buscou nos participantes para o fato de ceder ou resistir à pressão do grupo ficaram na sua maior parte no nível intrapessoal. A ideia de que há indivíduos ou conformistas ou independentes, como categorizados por Asch, difundiu-se, possibilitando a interpretação exagerada do experimento. Griggs (2015) avaliou a difusão dos experimentos de Asch em vinte livros didáticos de psicologia em língua inglesa e observou que se deixou de lado algumas informações que limitam a interpretação sobre a magnitude do conformismo. Por exemplo, nas respostas erradas não foram diferenciadas respostas que divergiam do gabarito, mas também da resposta dada pela maioria, mostrando um erro, mas não necessariamente conformismo; igualmente se omite o baixo percentual de participantes totalmente conformistas, que deram todas as respostas erradas (5%), em relação aos independentes, que não deram nenhuma resposta errada (24%) (Griggs, 2015).

Note-se que na versão principal a maioria dos participantes, na maior parte das respostas, não cedeu à pressão do grupo: aproximadamente um quarto dos participantes não errou nenhuma vez, quase dois terços do total de respostas foram corretas e nas entrevistas quase nenhum participante afirmou ter mudado sua percepção sobre o tamanho das linhas, mesmo aquiescendo a uma resposta errada.

Os experimentos das linhas retas pela ótica do modelo genético de Moscovici

O experimento clássico das linhas retas de Asch (1951, 1955) elimina a ambiguidade do estímulo, trazendo a incerteza não sobre o objeto, mas sobre as pessoas, o campo social. Ao ser contrariado pela maioria numérica do grupo, o participante não tem como se apoiar na natureza para evitar a situação de diferença, ainda que esteja convicto da sua percepção e possa manter sua posição individual de modo privado, internamente. O processo de influência leva à normalização, a aplicação da mesma norma social a todos do grupo, pela pressão à conformidade (Moscovici, 2011).

Esse tipo de conformidade que leva à aceitação pública, mas não à mudança privada, é a aquiescência, conforme Kelman (1958). Ela consiste no efeito de ceder à pressão do grupo, buscando imitar seus comportamentos, atitudes ou opiniões, sem que haja um pedido ou ordem explicitamente formulada para isso, sendo também chamada de conformismo por aprovação social (Kelman, 1958). Por meio dela, os indivíduos evitam o conflito, mantêm sua pertença, afiliação ou relação positiva com o grupo e, passada a interação social, permanecem com suas crenças, atitudes e comportamentos privados tal qual eram, como mostraram as entrevistas pós-experimentais que Asch conduziu com os participantes (Moscovici, 2011).

Dito de outra forma, os participantes que responderam errado sabiam a resposta correta internamente, a informação era clara para si mesmos e estavam seguros disso, porém não queriam indispor-se socialmente, seguiram a resposta do grupo, cedendo à pressão da maioria para evitar contrariá-la e, possivelmente, criar um conflito ou até mesmo serem rejeitados (Moscovici, 1980). O conformismo por aquiescência tornou-se sinônimo de influência majoritária com a fama do experimento de Asch, que está disponível parcialmente em vídeo e foi refeito e reformulado diversas vezes, inclusive por Moscovici no tocante à influência privada pelas majorias (Moscovici; Lage, 1976).

Influência como internalização e aquiescência no presente

Como pode-se pensar o cenário social do início do século XXI a partir dos fenômenos de influência social que resultam em internalização e aquiescência? Pode-se pensar em minorias hoje exercendo influência e tornando suas ideias, valores e normas publicamente hegemônicas, seja por internalização ou aquiescência?

Esta linha investigativa, tanto da influência das majorias quanto das minorias, pode ser útil e contribuir com investigações em diferentes áreas e temáticas. Pode-se ver que algumas produções na área

psicossocial buscam entender processos de influência em relação às minorias. Contudo, encontramos exemplos situados em outras abordagens teóricas, sem levar em conta os próprios conceitos de influência social, nem de internalização (Santos *et al.*, 2024), ou utilizando de forma ampla o termo “influência”, sem situar-se na linha de estudos de influência social (Atrock *et al.*, 2025). Assim, acreditamos que importantes fenômenos da contemporaneidade podem ainda ser investigados sob a ótica da influência social, em especial a minoritária.

O modelo genético de serge moscovici: influência como inovação

Para investigar o fenômeno da influência, Moscovici (2011) lançou mão de análises históricas mostrando o papel do dissenso e do conflito de ideias na influência, que resultavam em inovação, bem como de experimentos que buscaram inverter as relações de influência, da minoria para a maioria. A defesa de ideias de forma consistente por minorias ativas foi o primeiro passo no campo teórico que busca explicar as relações de influência minoritária, ampliando a compreensão sobre a mudança para ideias novas.

A partir da década de 1970, começou a estabelecer-se no campo da influência social a perspectiva da psicologia social sociológica, com foco no holismo metodológico. Os estudos visavam os níveis de análise posicional e ideológico (Doise, 1982), por meio dos conceitos de influência minoritária e identidade social, aprimorados e relacionados nas décadas de 1980 e 1990, principalmente na Europa (Prislin *et al.*, 2017).

A influência social minoritária pode, assim, ser definida como o processo pelo qual grupos ou indivíduos que detêm uma posição numérica, normativa ou simbólica minoritária provocam mudanças de atitudes, crenças ou comportamentos nas majorias sociais, por meio da consistência, da distinção identitária ou da persistência argumentativa (Moscovici, 1980; Butera *et al.*, 2017; Prislin, 2022). Esse tipo de influência opera com frequência de modo indireto e latente, promovendo inovações sociais e reconfigurações ideológicas ao longo do tempo.

Mesmos fenômenos, novo olhar: reinterpretação conceitual

Dois dos principais pressupostos do modelo funcionalista eram definir minorias e majorias em termos numéricos e conceber a influência com base na dependência dos grupos minoritários em relação aos majoritários ou dos indivíduos aos grupos, de forma unidirecional (Gardikiotis, 2011). A fonte de influência e de poder era identificada com quem estabelecia as normas sociais, as quais os alvos deveriam adotar e seguir, sujeitando-se, portanto, às fontes de influência. Concebia-se que as inseguranças da relação com a natureza no ambiente eram supridas pela ordem social, que fornecia informações e critérios para as relações com o ambiente e com outras pessoas e grupos por meio dos processos de influência (Moscovici, 2011). Podemos também apontar que o nível de análise do fenômeno (Doise, 1982) no modelo funcionalista é o intraindividual e interpessoal (Papastamou *et al.*, 2017), posto que as explicações para a influência eram dadas privilegiando ou baseando-se em características pessoais, processos cognitivos ou modos de relação entre indivíduos.

As boas explicações para os fenômenos de influência social possibilitaram a Moscovici perceber que o quadro teórico estava incompleto: a influência somente era explicada quando havia assimetria e dependência, fosse de um grupo a outro, ou de um indivíduo a um grupo ou a uma autoridade. Igualmente, a mudança era vista como adequação ou conformidade com o grupo, as normas, a maioria ou a autoridade. Porém, se toda a influência exercida resultasse apenas no consenso, na harmonia e na manutenção das ideias, posições e práticas estabelecidas socialmente, a sociedade seria estática, sem dissensos e contradições. Se apenas as ideias e normas majoritárias existissem, não haveria diversidade de normas, nem pluralidade de ideias ou conflitos ideológicos. Os grupos sociais sem poder, status ou número jamais conseguiriam veicular suas ideias e propor mudanças, resultando em estagnação social (Moscovici, 2011).

Para Moscovici (2011), esse não é o desenvolvimento sócio-histórico de nossa sociedade, pelo contrário. Ele ilustra a diversidade, o conflito e a mudança social com alguns exemplos, como a conquista do voto feminino pelo movimento sufragista, a disputa entre capitalismo e comunismo, o movimento ecológico e a conquista da declaração universal dos direitos humanos. Algumas peças do quebra-cabeça da mudança social estavam faltando nas pesquisas até a década de 1960, quando Moscovici pioneiramente lançou o conceito de influência minoritária, demonstrando que as relações de influência são constituintes da realidade social de forma ampla, ocorrendo entre indivíduos e grupos minoritários e majoritários, numa via de mão dupla (Moscovici; Faucheux, 1967; Moscovici; Lage; Naffrechoux, 1969).

A Inovação pela Conversão

O modelo genético foi nomeado por Moscovici em seu artigo de síntese da teoria, *"Towards a theory of conversion behavior"* (Em busca de uma teoria da conversão, tradução nossa), de 1980. O nome é derivado do objetivo de explicar a gênese da inovação na sociedade, por meio do processo de mudança das maiorias influenciadas pelas minorias, a conversão que resulta em inovação social. Moscovici (1980) coloca a ênfase da mudança social no processo relacional entre grupos sociais que se utilizam de uma estratégia de comportamento chamada de conflito informacional, ocasionada pela defesa consistente de suas ideias, que são alternativas às ideias majoritárias dominantes. Assim, as relações de influência são produto e produtoras das ideias e normas presentes de grupos em inter-relações.

Moscovici (2011) analisou detalhadamente os pressupostos e efeitos do modelo funcionalista, buscando sintetizar seus conceitos e extrapolar suas limitações. De maneira próxima aquela de Sherif (1936), Moscovici postula que a mudança interior, ou internalização, é a influência mais duradoura, uma vez que os indivíduos criam ou modificam suas normas de leitura do mundo, até mesmo de forma perceptual. Similarmente à Milgram, que estudou o efeito da autoridade sobre a influência por obediência, a distância e a proximidade da fonte de influência em relação ao alvo foram investigadas de forma relacionada aos distintos tipos e níveis de influência social, direto (manifesto e público) e indireto (latente e privado), num experimento nos moldes do efeito autocinético de Sherif (1935), em estudo por Moscovici e Néve (1971). A partir das diferentes maneiras de composição do grupo experimental (variações de quantidade de membros na minoria e na maioria) e da exploração da unanimidade realizadas por Asch (1955), foi possível para Moscovici e Lage (1976) definir variações na estrutura do grupo, para investigar a influência minoritária, além de operacionalizar o efeito da psicologização (atribuição idiossincrática) e o papel da consistência para o sucesso da influência minoritária.

Moscovici (1980; 2011) aponta que as maiorias possuem meios de exercer influência por meio de pressão pela norma estabelecida, seja pelo maior poder ou maior número, mas que isso gera uma resposta pública imediata, a aquiescência. Isso ocorre porque os membros de grupos majoritários, e aqueles que vivem sob sua égide (endogrupo), passam por um processo de comparação normativa, que consiste em comparar suas normas, ideias e posturas com a dos demais membros, por imitação de forma, sem avaliar seu conteúdo – como nos exemplos de Asch (1951). Não importa tanto obter a informação correta ou buscar a verdade, mas seguir o grupo e não destoar da normalidade percebida.

As minorias, por sua vez, são marginalizadas e, por não fazerem parte do mesmo grupo social, não têm à sua disposição as mesmas ferramentas para levar a cabo esta estratégia. Isso não significa que elas não tenham possibilidade de mudança. Pelo contrário, como Moscovici (1980) afirma, a minoria ativa gera um conflito social por ser um grupo distinto ou externo (exogrupo), que propõe, de forma consistente ao longo do tempo, ideias ou normas alternativas às hegemônicas da maioria. A recusa pública pela maioria das normas ou ideias advindas da minoria gera nos membros de grupos sociais majoritários o conflito de ideias, posto que a recusa pública acarreta numa persistência de avaliação privada. Isso significa que a maioria tem necessidade de resolver a disputa de ideias e compensar o alijamento das ideias minoritárias, mas, ao mesmo tempo, sem concordar publicamente com a minoria, para não infringir a norma, criar dissenso ou desviar do comportamento dos outros membros da maioria. Em outras palavras, as maiorias não passam ilesas ao rejeitarem as ideias da minoria, permanecendo com um conflito interno que não

podem expor publicamente, para não se tornarem desviantes dos seus pares e nem se assimilarem às minorias alternativas – preservam-se na dimensão da comparação normativa pública.

Moscovici (1980) afirma que é justamente na compensação da comparação normativa pública que ocorre a conversão privada da maioria, por meio da validação informacional das ideias da minoria, a validação informacional. Tal qual um modelo hidráulico, quanto maior a pressão normativa pública para se rejeitar as ideias minoritárias, tanto maior o efeito privado que essas mesmas ideias exercerão nos membros majoritários que as rejeitaram. A conversão, por conseguinte, consiste numa longa avaliação cognitiva, que não é pública (externa), nem imediata, pois exige tempo para ser elaborada. Assim, há dois tipos de influência, a direta, ou manifesta (pública), e a indireta, ou latente (privada), que são características de grupos sociais distintos, realizadas por meios distintos: a comparação normativa das majorias e a validação informacional das minorias (Moscovici, 1980).

O modelo genético, por conseguinte, coloca a dinâmica relacional dos grupos sociais em papel privilegiado nos processos de influência social. Igualmente, Moscovici (2011) coloca o nível de análise no contexto posicional, possibilitando também a integração ideológica. Diversos pesquisadores posteriormente seguiram esse caminho, relacionando os processos de influência a identidade de grupos sociais, tanto no plano teórico, quanto em estudos empíricos com grupos sociais (Maass; Clark III; Haberkorn, 1982; Pérez; Mugny, 1987; Moscovici; Pérez, 2006).

Discussão

A interiorização ou internalização ainda é um fenômeno frequente na sociedade e objeto de investigações na psicologia social. Sherif (1936) possibilitou a compreensão dos processos de influência pela internalização das normas sociais, com outros estudos sobre a sua formação e, principalmente, das relações intergrupais. A consideração do contexto da relação intergrupal, com tipos de interação de cooperação ou de conflito, tornou-se uma chave de compreensão das relações intergrupais. Ela pode ser utilizada, inclusive, para pensar o papel do conflito e os limites das relações de influência minoritária dentro do contexto de relações intergrupais (Valentim, 2010). A defesa vigorosa e por vezes apaixonada de princípios, normas e valores do grupo de pertença, que tenha sua origem no processo de normalização e internalização, pode ser compreendida em sua magnitude e persistência ao avaliarmos os experimentos de Sherif. Independente da objetividade da situação, a criação de uma norma referencial para situá-la e manejá-la nas relações grupais tem um peso na sustentação das diferentes expressões políticas ideológicas, que comumente vemos tornarem-se polêmicas e marcadoras de divisões e enfrentamentos intergrupais.

Os efeitos do conformismo encontrados por Asch foram difundidos para além da influência e da aquiescência, tornando-se uma platitude. No âmbito acadêmico seu experimento clássico foi replicado diversas vezes. Em uma meta-análise, Bond e Smith (1996) avaliaram 133 estudos baseados no modelo experimental das linhas de Asch, para averiguar mudanças no conformismo ao longo do tempo e em dimensões individualista-coletivista através de culturas. Apresentam como resultados a diminuição do conformismo nos Estados Unidos, local do estudo original de Asch, e variação cultural mais alta em países coletivistas, em relação a menores resultados em países individualistas. Concluem indicando a necessidade de estudos sobre conformismo levarem em conta traços culturais e sugerem a realização de investigações cruzadas.

Todos esses estudos apontam para a abrangência e as múltiplas possibilidades de utilização do modelo de conformismo de Asch. Contudo, assim como sua riqueza de investigação do fenômeno, a maioria dos estudos também carrega as limitações de análise intraindividual ou interpessoal, deixando de lado as relações intergrupais, bem como seguem a concepção de influência social apenas como conformismo. O aspecto identitário, presente no discurso de diversos representantes e de grupos sociais, minoritários ou não, é com frequência alijado da discussão, quando se privilegia o aspecto aquiescente dessas interações. Contudo, mesmo nos estudos de Asch havia indivíduos independentes e não conformistas em maior número, indicando que as relações de conformidade são necessárias, mas mesmo nesses processos há que

se atentar para dissidências e divergências, que tanto podem indicar pluralidade, quanto fragmentação de movimentos políticos e sociais, de qualquer natureza.

Tanto o estudo de Asch (1951), quanto o de Sherif (1935) possuem como lacuna o que já aparece nas definições sobre influência social que citamos no início. Onde está o grupo na influência social nos estudos clássicos? Trata-se de influências interpessoais onde a dinâmica grupal fica de lado. Moscovici (2011) trouxe as relações intergrupais em seu livro ao focar nas relações entre minorias, com menos poder, e majorias, detentoras da norma. Essa perspectiva foi extremamente marcante para a psicologia social das décadas seguintes, mas infelizmente pouco se difundiu nas diferentes ciências sociais. As relações entre minoria e maioria estão todos os dias estampadas nas mídias, expressadas nos conflitos intergrupais, incorporadas nas postagens das redes sociais e as diferentes definições sobre influência social deveriam levar em conta essa dimensão dialética e relacional.

Tal ausência da dimensão grupal nas definições talvez explique a razão de que pouco se vê a teorização de Serge Moscovici sobre as relações entre minorias e majorias nas diferentes conceituações ou análises sociais. Com algumas felizes exceções (Maass *et al.*, 1982; Gerard, 1985; Moscovici; Mugny; Avermaet, 1985; Moscovici; Pérez, 2009; Pérez *et al.*, 2022), podemos dizer que pouco vemos os conceitos da psicologia social sendo usados para estudar as minorias que acabam sendo como objeto *sui generis* e não relacionais. Também pode-se explicar que a pouca presença dos trabalhos sobre influência minoritária nos estudos de minorias decorre da pouca elaboração teórica acerca do que é um grupo, das majorias e minorias e suas relações (Gardikiotis, 2011; Butera *et al.*, 2017; Prislín, 2022).

Em síntese, a partir da apresentação dos modelos de Sherif, Asch e Moscovici, é possível traçar distinções cruciais entre as formas de influência. Enquanto os primeiros modelos explicam a criação e manutenção das normas, o modelo genético se propõe a entender sua contestação e superação. Essa ampla capacidade de explicação psicossocial desafia leituras simplificadoras e demanda que se analise quais grupos estão envolvidos e o próprio histórico do objeto nos processos de influência social. Seguindo Moscovici, convidamos à exploração, pelas mais diversas vias, dos fenômenos hodiernos de influência social, em especial a minoritária, a fim de que possamos lançar luz sobre o mundo psicossocial no qual vivemos para entendê-lo e moldar aquele que desejamos viver:

Não compete a mim, nem a ninguém, decidir entre diferentes grupos ou diferentes métodos políticos. Cada qual escolhe seu próprio caminho, e a capacidade de ganhar partidários não é o único critério de verdade histórica. Procurei limitar-me à exploração, à luz dos achados resultantes de estudos experimentais, das razões pelas quais certos grupos exercem influência mais direta que outros (Moscovici, 2011, p. 156).

Considerações finais

A partir dos conceitos fundamentais de Sherif, Asch e Moscovici, é possível interpretar eventos recentes como a invasão do Capitólio nos Estados Unidos, o avanço de discursos negacionistas e os movimentos antivacina como expressões de normalização, aquiescência e inovação. Tais grupos, ainda que numericamente reduzidos, têm conseguido gerar forte impacto normativo no campo público por meio de consistência discursiva, polarização identitária e apropriação estratégica de plataformas comunicacionais. Isso evidencia a atualidade do modelo de Moscovici, especialmente ao considerar que a conversão ocorre de forma privada e latente, antes de se manifestar publicamente de forma disruptiva.

Atualmente, há retomada da perspectiva psicológica, nos estudos de influência em níveis intra e interpessoal, e diminuição das pesquisas em influência minoritária. Isso ocorre por diversos fatores, incluindo o renovado interesse da psicologia nos processos cognitivos, assim como os atitudinais, motivado pelo campo próximo da neurociência, da persuasão e das pesquisas do e no mundo virtual.

Tal enfoque em si não é um problema, no entanto, o pouco estudo sobre a influência social dentro de

relações sociais numa sociedade assimétrica e desigual é tudo menos um detalhe e precisamos retornar ao cerne. Em outras palavras, há a necessidade de se inserir os grupos sociais dentro de um campo social, bem como a sua dinâmica relacional entre si e com o objeto, para que os processos de influência não sejam estudados como se ocorressem fora da nossa sociedade.

Conflitos de interesse

Os autores declaram que não há conflitos de interesse potencial com relação à pesquisa, autoria e/ou publicação deste artigo.

Referências

- ALLPORT, Gordon. The historical background of modern social psychology. In: LINDZEY, G. (Ed.). **Handbook of social psychology**. 4. ed. v. 1. Nova York e Oxford: McGraw-Hill, 1988. p. 3–56.
- ASCH, Solomon Eliot. Effects of group pressure upon the modification and distortion of judgment. In: GUETZKOW, H. (Ed.). **Groups, leadership and men**. Nova York: Carnegie Press, 1951.
- ASCH, S. E. Opinions and social pressure. **Readings about the Social Animal**, v. 193, p. 17–26, 1955. Disponível em: <https://doi.org/10.1038/scientificamerican1155-31>. Acesso em: 24 out. 2024.
- ASCH, S. E. **Psicologia social**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977.
- ATROCK, I. G.; STARLING, I. S. F.; MARIANO, A. C. de A.; CAVADAS, B. N.; ALVARENGA, L. A. T. A influência do preconceito racial nas atitudes frente às cotas raciais no contexto universitário. **Journal of Media Critiques**, [S. l.], v. 11, n. 28, p. e316, 2025. DOI: 10.17349/jmcy11n28-003. Disponível em: <https://www.journalmediacritiques.com/index.php/jmc/article/view/316>. Acesso em: 20 jun. 2025.
- BOND, R.; SMITH, P. B. Culture and conformity: a meta-analysis of studies using Asch's (1952b, 1956) line judgment task. **Psychological Bulletin**, v. 119, n. 1, p. 111–137, 1996. Disponível em: <https://doi.org/10.1037/0033-2909.119.1.111>. Acesso em: 24 out. 2024.
- BUTERA, F.; LEVINE, J. M. (Eds.). **Coping with minority status: responses to exclusion and inclusion**. Nova York: Cambridge University Press, 2009.
- BUTERA, F.; FALOMIR-PICHAOSTOR, J. M.; MUGNY, G.; QUIAMZADE, A. Minority influence. In: HARKINS, S. G.; WILLIAMS, K. D.; BURGER, J. M. (Eds.). **The Oxford Handbook of Social Influence**. Oxford: Oxford University Press, 2017.
- DEUTSCH, M.; GERARD, H. B. A study of normative and informational social influences upon individual judgment. **The Journal of Abnormal and Social Psychology**, v. 51, n. 3, p. 629, 1955. Disponível em: <https://doi.org/10.1037/h0046408>. Acesso em: 24 out. 2024.
- DOISE, Willem. **L'explication en psychologie sociale**. Paris: Presses Universitaires de France, 1982.
- FERREIRA, Adriano Charles; ROSSO, Ademir José. Minorias ativas e representações sociais da indisciplina escolar. **Revista Pedagógica, Chapecó**, v. 26, e7514, 2024. DOI: <http://dx.doi.org/10.22196/rp.v26i1.7514>. Acesso em: 20 jun. 2025.
- GARCIA-MARQUES, Leonel. O inferno são os outros: o estudo da influência social. In: VALA, J.; MONTEIRO, M. B. (Eds.). **Psicologia social**. 6. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004. p. 227–292.
- GARDIKIOTIS, Antonis. Minority influence. **Social and Personality Psychology Compass**, v. 5, p. 679–693, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/j.1751-9004.2011.00377.x>. Acesso em: 24 out. 2024.
- GERARD, H. B. When and how minority prevails. In: MOSCOVICI, S.; MUGNY, G.; AVERMAET, E. V. (Eds.). **Perspectives on minority influence**. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.

GOUVEIA, Raimundo. Influência social. In: TORRES, A. R. R. et al. (Orgs.). **Psicologia social: temas e teorias**. São Paulo: Blucher, 2023. p. 255–276. Disponível em: <https://doi.org/10.5151/9786555502046-07>. Acesso em: 24 out. 2024.

GRIGGS, Richard A. The disappearance of independence in textbook coverage of Asch's social pressure experiments. **Teaching of Psychology**, v. 42, n. 2, p. 137–142, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0098628315569939>. Acesso em: 24 out. 2024.

HARKINS, S. G.; WILLIAMS, K. D.; BURGER, J. M. (Eds.). *The Oxford handbook of social influence*. Oxford: Oxford University Press, 2017.

KELMAN, Herbert. Compliance, identification, and internalization: three processes of attitude change. **Journal of Conflict Resolution**, v. 2, p. 51–60, 1958. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/002200275800200106>. Acesso em: 24 out. 2024.

MAASS, A.; CLARK III, R. D.; HABERKORNE, G. The effects of differential ascribed category membership and norms on minority influence. **European Journal of Social Psychology**, v. 12, n. 1, p. 89–104, 1982. Disponível em: <https://doi.org/10.1002/ejsp.2420120107>. Acesso em: 24 out. 2024.

MENDOZA-DENTON, Rodolfo. A social psychological perspective on the achievement gap in standardized test performance between White and minority students: implications for assessment. **The Journal of Negro Education**, v. 83, n. 4, p. 465–484, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.7709/jnegroeducation.83.4.0465>. Acesso em: 18 jun. 2025.

MOSCOVICI, Serge. Experiment and experience: an intermediate step from Sherif to Asch. **Journal for the Theory of Social Behaviour**, v. 21, p. 253–268, 1991. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/j.1468-5914.1991.tb00197.x>. Acesso em: 24 out. 2024.

MOSCOVICI, S. **Psicologia das minorias ativas**. Petrópolis: Vozes, 2011.

MOSCOVICI, S. Toward a theory of conversion behavior. In: BERKOWITZ, L. (Ed.). **Advances in experimental social psychology**. v. 13. Madison: Academic Press, 1980. p. 209–239. Disponível em: [https://doi.org/10.1016/S0065-2601\(08\)60133-1](https://doi.org/10.1016/S0065-2601(08)60133-1). Acesso em: 24 out. 2024.

MOSCOVICI, S.; FAUCHEUX, C. Le style de comportement d'une minorité et son influence sur les réponses d'une majorité. **Psychologie Sociale Théorique et Expérimentale**, v. 16, n. 4, p. 343–372, 1967. Disponível em: [https://doi.org/10.1016/S0065-2601\(08\)60027-1](https://doi.org/10.1016/S0065-2601(08)60027-1). Acesso em: 24 out. 2024.

MOSCOVICI, S.; LAGE, E. Studies in social influence III: majority versus minority influence in a group. **European Journal of Social Psychology**, v. 6, n. 2, p. 149–174, 1976. Disponível em: <https://doi.org/10.1002/ejsp.2420060202>. Acesso em: 24 out. 2024.

MOSCOVICI, S.; LAGE, E.; NAFFRECHOUX, M. Influence of a consistent minority on the responses of a majority in a color perception task. **Sociometry**, v. 32, n. 4, p. 365–380, 1969. Disponível em: <https://doi.org/10.2307/2786541>. Acesso em: 24 out. 2024.

MOSCOVICI, S.; MUGNY, G.; AVERMAET, E. V. (Eds.). **Perspectives on minority influence**. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.

MOSCOVICI, S.; NÉVE, P. Studies in social influence I: those absent are in the right: convergence and polarization of answers in the course of a social interaction. **European Journal of Social Psychology**, v. 1, n. 2, p. 201–214, 1971. Disponível em: <https://doi.org/10.1002/ejsp.2420010204>. Acesso em: 24 out. 2024.

MOSCOVICI, S.; PÉREZ, J. A. A study of minorities as victims. **European Journal of Social Psychology**, v. 37, n. 4, p. 725–746, 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1002/ejsp.388>. Acesso em: 24 out. 2024.

MOSCOVICI, S.; PÉREZ, J. A. A new representation of minorities as victims. In: BUTERA, F.; LEVINE, J. M. (Eds.). **Coping with minority status: responses to exclusion and inclusion**. Nova York: Cambridge University Press, 2009. p. 82–103.

PAPASTAMOU, S.; GARDIKIOTIS, A.; PRODROMITIS, G. Conversion to active minorities: the chronicle of a

successful theory and the uncertain result of a minority influence attempt. In: PAPASTAMOU, S.; GARDIKIOTIS, A.; PRODROMITIS, G. (Eds.). **Majority and minority influence: societal meaning and cognitive elaboration**. Londres: Routledge, 2017.

PÉREZ, J. A.; MOLPECERES, M.; GHOSN, F.; CHULVI, B. Minority influence in a society of victims. **Asian Journal of Sociological Research**, v. 5, n. 1, p. 49–61, 2022. Disponível em: <https://journalsociology.com/index.php/AJSR/article/view/77>. Acesso em: 24 out. 2024.

PÉREZ, J. A.; MUGNY, G. Paradoxical effects of categorization in minority influence: when being an outgroup is an advantage. **European Journal of Social Psychology**, v. 17, p. 157–169, 1987. Disponível em: <https://doi.org/10.1002/ejsp.2420170204>. Acesso em: 24 out. 2024.

PRISLIN, Radmila. Minority influence: an agenda for study of social change. **Frontiers**, v. 13, 911654, 2022. Disponível em: <https://www.frontiersin.org/articles/10.3389/fpsyg.2022.911654/full>. Acesso em: 24 out. 2024.

PRISLIN, R.; CROWDER, M.; DONNELLY, K. A case for diversity in research on minority influence. In: PAPASTAMOU, S.; GARDIKIOTIS, A.; PRODROMITIS, G. (Eds.). **Majority and minority influence: societal meaning and cognitive elaboration**. Londres: Routledge, 2017.

SANTIN, T. R.; WOLTER, R. P. A inovação pelo conflito de ideias: retornando às fundações da influência das minorias. **Estudos e Pesquisas em Psicologia (Online)**, v. 23, p. 877–897, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/epp.2023.79266>. Acesso em: 18 jun. 2025.

SANTOS, T. T. T.; VARELA, I. de M.; COSTA, A. M. M. da; BARROS, C. M. D. L. Entre laços e amarras: Uma revisão integrativa sobre a influência do ambiente familiar nas vivências LGBTQIA+. **Psicologia e Saúde em debate**, [S. l.], v. 10, n. 2, p. 889–908, 2024. DOI: 10.22289/2446-922X.V10A2A52. Disponível em: <https://www.psicodebate.dpgpsifpm.com.br/index.php/periodico/article/view/1221>. Acesso em: 20 jun. 2025.

SANTOS MIGUEL, S.; SCHLÖSSER, A.; BEIRAS, A. Revisión sistemática de la literatura brasileña sobre la representación de las minorías políticas. **Quaderns de Psicologia**, v. 22, n. 1, e1526, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.5565/rev/qpsicologia.1526>. Acesso em: 18 jun. 2025.

SECORD, P.; BACKMAN, C. **Social psychology**. Nova York e Oxford: McGraw-Hill, 1964.

SHERIF, Muzafer. A study of some social factors in perception. **Archives of Psychology**, n. 187, 1935.

SHERIF, Muzafer. An experimental approach to the study of attitudes. **Sociometry**, v. 1, p. 90–98, 1937. Disponível em: <https://doi.org/10.2307/2785261>. Acesso em: 24 out. 2024.

SHERIF, Muzafer. **The psychology of social norms**. Nova York: Harper & Row, 1936.

SPERLING, H. C. **An experimental study of some psychological factors in judgments**. 1946. Tese (Doutorado) – Graduate Faculty, New School for Social Research, Nova York.

VALENTIM, J. P. Sherif's theoretical concepts and intergroup relations studies: notes for a positive interdependence. **Psychologica**, v. 52-II, p. 585–598, 2010. Disponível em: https://doi.org/10.14195/1647-8606_52-2_25. Acesso em: 24 out. 2024